

V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE

O mundo empresarial e a questão social

Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

Grupo de Trabalho 02 – Organizações empresariais, representação de interesses e ação política

Globalização Financeira e Associações de Bancos no Brasil: O Caso da FEBRABAN¹

Elflay Miranda²

Resumo:

O presente trabalho procura analisar a dinâmica e o funcionamento de uma das mais importantes entidades de classe do empresariado financeiro brasileiro: a FEBRABAN – Federação Brasileira das Associações de Bancos. Dentro do atual quadro dos sistemas financeiros mundiais marcados pela globalização financeira, este trabalho procura mostrar como reagiu a FEBRABAN no período compreendido entre duas gestões 1998 á 2003.

O atual processo de globalização financeira e suas transformações a partir da última década e início desta incluíram, entre outros aspectos, maior desregulamentação e abertura dos sistemas financeiros nacionais à participação de instituições financeiras estrangeiras, juntamente com as modificações nos sistemas político-eleitorais.

O Brasil, pelo menos nos últimos anos favoreceu este processo de globalização com uma crescente abertura da economia. Abriu mercados, privatizou empresas estatais, aumentou taxas de juros e impostos, cortou gastos públicos, fez mudanças na previdência social,

¹ A pesquisa original foi desenvolvida no Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro - NESFI, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sob a coordenação do Prof. Dr. Ary César Minella e contou com o apoio do CNPq.

² Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e Pesquisador do NESFI-UFSC. E-mail: flay@cfh.ufsc.br

favoreceu bancos privados e introduziu programas como PROER³, sempre auxiliado por vultuosos apoios financeiros de organismos internacionais. Contudo, o país carrega um dos maiores passivos sociais do mundo e não consegue mais do que soluções nas suas tentativas de crescimento.

Estas transformações parecem corresponder a uma fase contemporânea do capitalismo, obtendo na literatura atual, várias denominações, segundo Minella (2001), “tais como:” financeirização da riqueza” (Braga, 1997), “novo regime de acumulação sob dominância financeira” (Chesnais, 1997) ou “tirania financeira” (Fitoussi, 1997), dentre outras”. Este novo modelo de internacionalização dos sistemas financeiros obedece a uma nova lógica do capitalismo onde, “a mundialização do capital deve ser entendida como mais do que uma fase suplementar no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século, ou até mesmo como qualquer outra coisa” (Chesnais, 1997:19). Trata-se, segundo ele, de um novo modo de funcionamento específico do capitalismo mundial.

Especialmente na América Latina, estas modificações tiveram enormes impactos sobre a estrutura e a dinâmica de representação de classe do empresariado financeiro, onde podemos considerar dois aspectos relevantes: os governos latino-americanos proporcionaram, em ritmos diferentes um processo de abertura financeira do qual resultou no aumento do número de instituições estrangeiras e no volume de ativos controlados por estas instituições. Estas instituições assumiram um importante papel no processo de privatização de empresas públicas brasileiras, principalmente de bancos estatais – sendo através de participação acionária ou fazendo parte de um novo grupo controlador.

Um interessante estudo comparativo sobre as organizações de representação de classe do setor financeiro nos países capitalistas da Europa e da América do Norte foi realizado por Coleman (1994) *apud* Minella (2001) – o autor analisou a questão do poder político e o sistema de intermediação de interesses a partir de um conjunto de indicadores empíricos das situações organizacionais das associações do empresariado financeiro. Com particular interesse neste estudo, se estabelece uma relação entre o sistema de representação de classe e o processo de globalização financeira ocorrida tanto em países por ele estudados como também na América Latina, mais precisamente no Brasil.

Os grupos financeiros, entendidos aqui de forma mais genérica, como um conjunto de empresas interligadas entre si e que incluem a participação de uma ou mais instituições

³ PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - criado em 04 de novembro de 1995, sob Medida Provisória (MP), com o objetivo de assegurar a liquidez e solvência ao sistema financeiro nacional e resguardar os interesses dos depositantes e dos investidores.

financeiras, nos dão argumentos onde “podemos pensar na possibilidade de uma atuação articulada desses grupos na busca de definição de estratégias comuns para as associações de Bancos na América Latina” (Minella 2002).

O poder econômico-político que o empresariado financeiro adquiriu nas últimas décadas, juntamente com seus órgãos de representação de classe, deu-lhe bases para intervir nas tomadas de decisão do aparato estatal através de grupos de pressão, seja no poder Executivo, seja no poder Legislativo, pois “os grandes grupos empresariais dos setores industrial e financeiro, como é sabido, sempre se beneficiaram de um acesso privilegiado às altas instâncias do Executivo, tanto através de vínculos pessoais como por via da estrutura corporativa” (Diniz, Boschi e Santos, 2000:77).

A questão central que se coloca diz respeito à relação, entre o processo de globalização financeira e a estrutura dinâmica dos órgãos de representação de classe do empresariado financeiro – especialmente as associações de bancos na América Latina – onde se torna oportuno analisar a existência dos grupos financeiros e o controle sobre o fluxo de capitais, como também, a participação no processo político e nos aparatos de decisão do Estado.

O Sistema Financeiro Brasileiro

O processo de abertura financeira, ocorrido em ritmos diferentes, tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, fez com estes países modificassem a dinâmica de seus sistemas financeiros a fim de se adequar à nova forma da economia-mundo (Wallerstein, 2001).

As condições para o desenvolvimento de um de sistema financeiro envolvem aspectos estruturais como a natureza dos mercados e seus relacionamentos entre as mais variadas instituições, tanto político-econômicas como financeiras e também todo o aparato legal para o funcionamento destas instituições. Envolvem ainda, aspectos operacionais relativos aos tipos de papéis utilizados nas transações financeiras e as macro-políticas monetárias utilizadas para o seu funcionamento. Não podemos esquecer ainda as modificações que ocorreram no valor e na qualidade dos serviços oferecidos pelas várias instituições financeiras, os métodos de captação de recursos e de concessão de créditos. Todos estes aspectos reunidos ditam o novo formato do sistema financeiro nacional, que parece ainda estar se adequando as novas normas internacionais de funcionamento.

A estrutura de um sistema financeiro depende de que se consiga responder a várias questões, dentre elas, a forma mais apropriada para o seu funcionamento, tendo em vista o crescimento econômico do país, assegurando um modelo econômico claro e compatível com os anseios da população que nele vive. O sistema financeiro de um país é frágil quando é tomado pelas crises de confiança, cada vez mais frequentes em decorrência do movimento de capitais especulativos, onde a economia e o Estado passam a depender mutuamente um do outro para se desenvolver. Articulados a isto, as autoridades que respondem pelas políticas econômicas na condução do sistema financeiro precisam achar respostas plausíveis a desafios como a estabilização econômica, o crescimento interno e o combate à inflação, a pobreza e injustiças sociais.

A configuração do Sistema Financeiro Nacional (SFN), desenhado a partir de 1964, no Governo Castello Branco, sofreu mudanças a partir da Constituição de 1988. A instância superior e reguladora do SFN é o Conselho Monetário Nacional (CMN), onde o Banco Central do Brasil (BACEN) e o CMN passaram a ser as principais agências governamentais de decisão político-econômica do sistema financeiro nacional.

O CMN, através da Resolução nº. 1524, de 21/09/1988, introduziu uma reforma importante no sistema financeiro com a criação dos bancos múltiplos. Esta resolução permitiu que os bancos comerciais, de investimentos ou desenvolvimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento e as sociedades de crédito imobiliário se organizassem como uma única instituição financeira: o banco múltiplo.

Outra importante reforma introduzida pelo CMN, foi através da Resolução nº. 2099, de 17/08/1994, que regulamentou as normas que implementaram o Acordo de Basiléia⁴, enquadrando o sistema financeiro brasileiro dentro dos padrões internacionais de funcionamento. Segundo dados do BACEN⁵, após a resolução, um banco múltiplo, por exemplo, para entrar em operação, tem que ter pelo menos um capital mínimo de R\$ 10 milhões de Reais se optar por uma carteira comercial, ou de R\$ 9 milhões de Reais se preferir optar por uma carteira de investimento.

A Constituição de 1988 estabeleceu no Artigo 192 que a autorização para funcionamento de uma instituição financeira seria inegociável e intransferível, permitindo,

⁴ O Acordo de Basiléia estabeleceu o limite mínimo de capital para a constituição de um banco e limites adicionais de acordo com o grau de risco da estrutura dos ativos bancários. Essa exigência de capital mínimo, tal como definido pelo Comitê da Basiléia, tem o objetivo de servir de *funding* permanente para as atividades do banco e de ser uma reserva contra o risco e as perdas decorrentes das operações bancárias.

⁵ www.bc.gov.br acessado em 25/02/2003.

todavia a transmissão de controle de pessoa jurídica. Este dispositivo constitucional acabou com a carta-patente removendo a barreira para a entrada de novas empresas no sistema financeiro. A carta-patente era a concessão dada pelo Banco Central para o funcionamento de uma instituição financeira. Como a concessão de novas autorizações era limitada, a possibilidade de obter uma carta-patente passou a ser um dos maiores atrativos para os bancos que compraram instituições falidas ou em dificuldades nos anos 70 e 80.

A partir de 1988, houve uma expansão do sistema bancário, impulsionado pela eliminação da carta-patente, fazendo com que o número de bancos quase dobrasse, passando de um total de 103 bancos em 1988 para 194 instituições no final de 2002.

Até 1994, a economia brasileira, possuía algumas características, fundamentadas em um acentuado processo inflacionário. Com a redução dos níveis inflacionários proporcionados pelo Plano Real e a maior abertura da economia, as instituições de menor porte não conseguiram se ajustar as condicionantes macroeconômicas exigidas pelo Plano Real. Diante desta nova dinâmica, os bancos que continuaram a fazer parte do SFN tiveram que encontrar soluções para enfrentar os problemas no mercado financeiro da época. A alternativa adotada por alguns bancos foi a de transferir o controle acionário para outras instituições financeiras de maior porte, inclusive com a participação de capital estrangeiro nas operações de compra e venda de seus ativos, juntamente com fusões ou incorporações, diminuindo assim o número de instituições. O acentuado processo de privatização de bancos públicos ocorridos paralelos ao Plano Real, também colaborou com a diminuição do número de bancos.

Segundo Relatório do BACEN⁶, do grupo de bancos que funcionava em dez/1988, cerca de 40% não chegou a 2000 e quase metade deles saiu do SFN por motivo de liquidação. Esses bancos se retiraram do sistema bancário após um tempo médio de 48 anos de atividades.

Para o BACEN⁷, as elevadas taxas de inflação, que em outras experiências históricas levaram economias a desmonetarização e no Brasil contribuíram para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional. Os fatos dos bancos implementaram inovações financeiras aproveitando-se das oportunidades regulatórias, permitiu um acúmulo de capital e desenvolvimento tecnológico. Durante o período inflacionário, a atividade financeira nos

⁶ Relatório da Evolução do sistema Financeiro Nacional: Bancos Brasileiros de Dez/1988 a Dez/2000. Disponível em www.bc.gov.br/htms/deorf/e88-2000.htm acessado em 30/01/2003.

⁷ Relatório da Evolução do sistema Financeiro Nacional: Bancos Brasileiros de Dez/1988 a Dez/2000. Disponível em www.bc.gov.br/htms/deorf/e88-2000.htm acessado em 30/01/2003.

bancos sustentava-se dos recursos em trânsito (*floating*), e do financiamento ao desequilíbrio das contas públicas, concentrando-se em operações de curto prazo.

Os bancos no governo de FHC (Presidente Fernando Henrique Cardoso) tiveram ainda bons desempenhos com ganhos obtidos nas operações de juros e câmbio e operações com títulos e valores mobiliários. Outro fator que explica o acúmulo de capital adquirido pelos bancos a partir de 1994, são as operações com altos “*spreads*” (diferença entre o custo de captação de recursos e a taxa de juros cobrada pelos tomadores de crédito).

Abertura ao capital estrangeiro

A partir da segunda metade da década de 80, observa-se nas economias Latino-americanas, uma intensificação do investimento estrangeiro nos mercados financeiros nacionais. Esse processo de internacionalização, inserido em um movimento mais geral das transformações do mercado financeiro internacional não é homogêneo em todos os países, pois depende de dois fatores importantes: do grau de abertura financeira e da gestão macroeconômica adotada sobre os fluxos de capitais nesses países (Freitas e Prates, 1998).

A abertura da economia ao mercado internacional, como um dos principais condicionantes do processo de globalização financeira implementado pela reformas neoliberais nos últimos anos, fez com que países como o Brasil, direcionassem sua política econômica rumo à adoção dos princípios discutidos no Consenso de Washington⁸.(Rocha, 2002).

Segundo Rocha (2002: 73), “as reformas neoliberais e a estabilização inflacionária, a exemplo de países latino-americanos como Argentina, Chile e México, passam a ser condições indispensáveis para a nova inclusão do Brasil na rota dos investimentos externos”.

No Brasil, a abertura financeira sofrida na década de 90, liberalizou significativamente os investimentos estrangeiros no mercado financeiro brasileiro. Contudo, esse movimento foi menos intenso que na Argentina e no México, que liberaram de formas diferenciadas seus mercados monetários, de renda fixa e acionária (Freitas e Prates, 1998).

⁸ Expressão utilizada para se referir ao mínimo denominador comum das opiniões dos organismos internacionais e dos países membros para as reformas econômicas na América Latina em 1989. Essas reformas incluíam disciplina fiscal, redirecionamento do gasto público, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, liberalização comercial e dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos, privatizações, desregulamentação e garantia dos direitos de propriedade.

A Constituição de 1988 tornou mais difícil o acesso do capital internacional ao SFN. Isto porque, a regulamentação da entrada do capital estava vinculada à aprovação do Artigo 192, que trata “Do Sistema Financeiro Nacional”. Todavia, o Artigo 52, que trata das Disposições Constitucionais Transitórias, em seus incisos I e II, deixou em aberto a possibilidade da entrada de instituições financeiras estrangeiras no SFN brasileiro, pelas autorizações resultantes dos acordos internacionais e pela aplicação do princípio de reciprocidade (abertura de filiais de bancos estrangeiros no exterior) (Freitas e Prates, 1998).

Uma das mais importantes medidas de abertura financeira no Brasil foi a Resolução do CMN nº. 1.832, de 31/05/1991, que instituiu o Anexo IV à Resolução 1.289, de 20/03/1987, que permite e regulamenta os investimentos estrangeiros em títulos e valores mobiliários nas companhias abertas brasileiras. Este mecanismo foi um dos mais utilizados para a entrada de recursos externos no mercado financeiro brasileiro (Rocha, 2002). Segundo Freitas e Prates (1998: 183), “no Brasil, quase a totalidade dos investimentos estrangeiros de porto-fólio direcionaram-se para a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), a maior bolsa de valores do país”.

A abertura do mercado de capitais, o processo de privatização e os negócios associados ao financiamento da renovação da infra-estrutura econômica foram os principais atrativos para o investimento estrangeiro direto no sistema financeiro brasileiro (Freitas e Prates, 1998).

Segundo o BACEN⁹, considerando-se apenas os casos individualmente mais expressivos, os investimentos estrangeiros e a capitalização de instituições financeiras preexistentes superaram R\$ 20 bilhões em 2002.

O processo mais intenso de entrada de capital internacional no SFN ocorreu a partir de 1998, ano da reeleição de FHC. De um total de 7,16% em 1994, início do Plano Real, os bancos estrangeiros fecham o ano de 2001 com 29,86% do controle de ativos do sistema bancário brasileiro. Em um levantamento feito pela consultoria ABM, os bancos internacionais tiveram para cada R\$ 100 investidos no país, um retorno entre R\$ 22 e R\$ 56.

¹⁰.

Outro fator que explica os ganhos dos bancos estrangeiros foi a desvalorização do Real, que chegou a 61,6% em 2002. Ganhos com as compras de títulos públicos, remunerados por

⁹ BRASIL. Mensagem ao congresso Nacional: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura/Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de governo, 2002. pg. 300 (Documentos da Presidência da República). Disponível em www.presidencia.gov.br acessado em 25/02/03.

juros altos, e maiores receitas com serviços bancários também contribuíram para rentabilidade dos bancos estrangeiros no Brasil. Através destes indicadores, podemos concluir que é a combinação entre câmbio desvalorizado e juros altos fazem com que os bancos estrangeiros sejam mais rentáveis no Brasil do que no resto do mundo. Segundo a Consultoria ABM, os bancos estrangeiros precisam de menos capital investido para ter retornos altos no Brasil porque ganham emprestando a taxa de juros muito altas¹¹.

O poder dos bancos no cenário do Sistema Financeiro Brasileiro

O empresariado financeiro no Brasil se caracteriza pela adoção dos mais variados mecanismos de ação política. Mick (1998) analisa que além das formas de atuação políticas institucionalizadas – sob a forma de organizações ou de representação no Executivo e no Legislativo – grandes empresários têm a possibilidade de ação direta, já que representa por si só um volume de capital significativo.

Na formulação de Dreifuss (1986), é preciso identificar a organização e predisposição do empresariado para o confronto político e as linhas de motivação para a ação, sejam por suas características explícitas (bases produtivas, organizacional, geográfica e social; manifestações políticas e ideológicas) ou pelas características e traços intrínsecos, inerentes, esperados e latentes (cognição social, normas e valores dominantes).

Segundo Diniz, Boschi e Santos, (2000: 77),

“Os grandes grupos empresariais dos setores industrial e financeiro, como é sabido, sempre se beneficiaram de um acesso privilegiado às altas instâncias do Executivo, tanto através de vínculos pessoais como por via da estrutura corporativa”.

Em 1994, os bancos foram os maiores contribuintes para a campanha do presidencial de Fernando Henrique Cardoso, com o montante de R\$ 6,5 milhões. Também em 1998, os bancos e outras instituições financeiras foram os principais doadores de recursos, com a soma de R\$ 11 milhões (25,7% do total de R\$ 43,022 milhões arrecadados). Nas eleições de 1998, o maior doador para campanha FHC foi o Grupo Itaú, com R\$ 2,6 milhões (6% do total arrecadado). O terceiro maior doador também era do setor financeiro: o Real ABN AMRO Bank, que patrocinou de R\$ 2,3 milhões para campanha.¹²

¹⁰ Folha de São Paulo, 15/12/2002, pg B1.

¹¹ Folha de São Paulo, 15/12/2002, pg B1.

¹² Folha de São Paulo, 26/11/1998, pág. 1-4.

Um estudo feito pela Austin Asis, uma das maiores consultorias do país especializada em análise de balanços de instituições financeiras, mostra que os bancos acumularam no governo FHC pouco mais de R\$ 21 bilhões em lucros, até 2001. A Austin Asis mostra também que o lucro dos 30 maiores bancos cresceu 313% de dezembro de 1994 até dezembro de 2001.¹³ A consultoria mostra ainda, que os bancos tiveram uma rentabilidade recorde em 2002. Em seu levantamento, os bancos tiveram uma lucratividade média de 24,5% e um ganho total de R\$ 9,8 bilhões. Segundo a Austin Asis, o maior lucro registrado até agora foi o do Banespa (R\$ 2,8 bilhões). Os bancos tiveram uma rentabilidade média de 19,9% sobre seu patrimônio líquido, no período do Plano Real¹⁴.

Na última campanha presidencial, o candidato Ciro Gomes (PPS), admitiu aceitar doações de banqueiros. “As doações de banqueiros serão bem-vindas, desde que sejam feitas dentro da lei e sob o manto das nossas propostas”, disse o coordenador político da campanha, Deputado João Hermann Neto (PPS-SP).¹⁵

O candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também recebeu apoio de firmas comerciais, bancos e instituições financeiras para sua campanha eleitoral. Entre outras instituições a BMG Leasing doou R\$ 100 mil ao partido. O Banespa Santander aparece em segundo lugar na relação de pessoas jurídicas que abasteceram o comitê petista nesta última campanha eleitoral, com depósitos no valor de R\$ 350.000. O Banco Alfa Investimentos doou R\$ 40.000 para a campanha.¹⁶

Concluindo, podemos considerar o financiamento de campanhas eleitorais, como um indicador da relação entre o empresariado financeiro e o Estado. Participando do processo político, o empresariado financeiro tem mais acesso na definição de políticas a favor de seus interesses.

Os Estudos sobre o Empresariado

A temática das relações entre Estado, Sociedade e Grupos Financeiros tem sido o ponto central de inúmeros estudos, quer tratando de uma maneira mais ampla de suas relações, quer de uma maneira mais singular embasada em teorias acerca dos estudos sobre o corporativismo. A predominância dos temas relacionados ao corporativismo se tornou

¹³ Jornal do Brasil, 21/11/2001.

¹⁴ Folha de São Paulo, 16/02/2003, pág. B1.

¹⁵ Agência Estado, 23/07/2002.

expressiva nos estudos das relações entre Grupos Econômicos¹⁷ e Estado, dando base para realização de estudos empíricos e comparativos sobre o tema.

Os estudos da burguesia através de suas organizações corporativas (órgão de representação de classe) representam importante contribuição para o entendimento do empresariado como força política, econômica e social, inclusive como órgão formalmente organizado que atua politicamente a favor de seus interesses. Nos últimos 30 anos, segundo Araújo e Tápia (1992), “os estudos sobre o corporativismo tiveram impacto importante na reconsideração das premissas fundamentais relativas à relação Estado/Sociedade”.

No Brasil, estudos no campo do corporativismo estão intimamente ligados com pesquisas realizadas sobre as elites, seu papel político, suas relações com o empresariado e seus órgãos de representação de classe.

Neste contexto, surgem estudos clássicos sobre o tema como os trabalhos de Eli Diniz (1978) e Renato Boschi (1979) que por hora estavam sendo realizados sistematicamente no IUPERJ¹⁸.

Nestes trabalhos, Diniz (1978) volta sua atenção para um momento histórico, mais precisamente o da Era Getulista (1930-1945), onde a autora investigou a participação e o papel político do empresariado no governo da época.

Também neste contexto, Boschi (1979), investiga a existência de uma possível “vocação” democrática do empresariado brasileiro, tentando analisar seu papel no processo de transição política e seu posicionamento sobre a questão social que surgia no bojo da questão democrática no final da década de 40. Boschi chama a atenção para o movimento que inclui a vinculação das elites industriais com intelectuais do pensamento político brasileiro, desenvolvendo então, uma relação entre o desenvolvimento do sistema político e as preocupações dos empresários da época.

Em um de seus trabalhos mais recentes, Diniz (2000) *apud Costa (2000)*, estuda a crescente presença do empresariado nos processos políticos decisórios, intensificando-se desde o fim dos anos 70 até início dos anos 90. Os empresários estariam agora, atuando não só através de entidades sindicais, mas também criando novas possibilidades de associação se articulando com partidos políticos, ainda que não se observasse um partido especificamente empresarial. As mudanças no empresariado industrial brasileiro, embora impulsionado pelo processo de globalização em curso, têm sua especificidade refletida no impacto de políticas

¹⁶ Agência Estado, 11/08/2002.

¹⁷ Para este estudo, entendemos Grupo Econômico como um conjunto de empresas interligadas entre si que não incluem a participação de instituições financeiras nas suas atividades empresariais.

desencadeadas a partir do último governo FHC. Neste sentido, este governo pode ser tomado como marco na transformação de um novo perfil e um novo modelo de atuação política do empresariado brasileiro. Dentro das novas características podemos citar a profunda reestruturação do processo produtivo e a grande concentração de capital estrangeiro no controle das empresas nacionais, impulsionados pelo forte processo de privatização ocorrido no Brasil nos últimos anos.

Em um trabalho em conjunto, Boschi, Diniz e Santos (2000) analisam as importantes mudanças que ocorreram na organização política da elite brasileira, após a promulgação da atual Constituição do Brasil, em 1998. Para eles,

“Se é verdade que a estrutura do Estado corporativo foi desmantelada, e, por conseguinte, deixa de conduzir o padrão de acesso dos agentes econômicos ao processo decisório, então é razoável que tais agentes busquem novas formas de associação e influência”,

Ou seja, o Poder Legislativo ou a carreira congressual começam a ser utilizados pelas elites como caminho para o acesso ao Poder Executivo ou para atingir determinados objetivos políticos. Em sua análise, eles focalizam a trajetória do empresariado como um ator político no Brasil, privilegiando o papel do Estado como o indutor da ação coletiva do ator empresário ao longo do tempo.

Outra importante contribuição para o estudo das elites empresariais brasileiras, principalmente no que diz respeito às associações industriais, a política econômica e o Estado na sua fase de industrialização, é o trabalho de Maria Antonieta Leopoldi (2000). O seu objetivo foi o de analisar a atividade do empresariado industrial no sentido de construir associações de classe e sensibilizar o governo para suas reivindicações, principalmente com medidas protecionistas e incentivos ao parque manufatureiro da época (1930-1950). A autora enfatiza o papel dos industriais, via suas entidades representativas, na construção e consolidação de um Estado corporativo, tendo o empresariado um suporte social básico nessa construção.

Um importante estudo sobre o papel histórico no processo político do empresariado é tratado por Dreifuss (1986). Uma das maiores contribuições do autor sobre o estudo da burguesia, é a sua conceituação sobre *elites orgânicas*. Segundo Dreifuss (1986: 26) “a elite orgânica é a pensadora de uma classe – a parcela esclarecida da burguesia -, funcionando como autoconsciência cultural e política e núcleo de autocrítica da classe dominante”. A elite

¹⁸ IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro.

orgânica tem o papel de homogeneizar e manter coesão dentro do grupo elitista; é a consciência – o grupo pensante - das classes dominantes. Ainda citando Dreifuss (1986: 27),

“A elite orgânica produz “estudos, análises e pesquisas sobre os princípios da política pública e da política empresarial, formulando diretrizes que deverão nortear o funcionamento” da “sociedade” e do “Estado”, dois termos que funcionam, neste caso, como um eufemismo para a economia e os valores dos próprios interesses dominantes”.

As análises do autor nos dão pano de fundo para pensar como os atores que compõem a burguesia brasileira, elaboram e põe em prática seu discurso, através de argumentos elaborados por um grupo que tem a tarefa de elaborar as diretrizes para as ações dos grupos elitistas no Brasil.

Outro estudo clássico sobre a burguesia financeira no Brasil, é a obra de Ary Minella (1988). Nesta obra, Minella analisa a importância e a influência dos bancos e dos banqueiros nas tomadas de decisões políticas pelo Estado. Segundo Minella (1988: 478), “em termos globais, podemos constatar que um número reduzido de banqueiros controla ou hegemoniza a direção e as atividades dos órgãos representativos da fração bancário-financeiro”. Tais elementos nos dão margem para entender estudos mais recentes do autor, onde ele nos apresenta dados tanto teóricos como empíricos para compreender a influente presença do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, aparatos de decisão do Estado e nos seus órgãos de representação de classe.

No Brasil, como em outros países da América latina, estudos sobre os grupos econômicos levam a uma melhor compreensão das dinâmicas e transformações político-econômicas nas últimas décadas. Para isto, analisamos duas gestões da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) - entidade de representação de classe de parcela do empresariado financeiro nacional - como *locus* e interlocutora destas dinâmicas no caso brasileiro.

As Federações de Bancos: FEBRABAN e FENABAN

A FEBRABAN é uma entidade de natureza civil, que opera em âmbito nacional, e atua no desenvolvimento e na manutenção de canais de comunicação com o Executivo, Legislativo, Judiciário, Associações de Classe, Sindicatos e demais entidades e organismos com o objetivo de representar e defender os interesses das associações de bancos, frente a estas entidades representativas da sociedade. A FEBRABAN é integrada pelas associações de

bancos dos Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e do Distrito Federal¹⁹.

A entidade reúne bancos privados, públicos, comerciais e múltiplos, diversificados em termos de porte, perfil de atuação e filosofia gerencial. Além de comissões técnicas, a entidade mantém uma estrutura de apoio com assessores nas diversas áreas de atuação do sistema bancário, dispondo de consultoria jurídica, administrativa, tecnológica e operacional. A Federação é apoiada em 20 comissões técnicas que atuam sob a coordenação de diretorias setoriais em áreas estratégicas.

A FENABAN, fundada em 1966, de caráter sindical, é a principal interlocutora dos bancos com as entidades representativas (sindicatos) dos bancários. Compõem a Fenaban, os sindicatos de bancos dos Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul além do Distrito Federal. Nos demais Estados, a representação sindical dos bancos é feita diretamente pela entidade. Membros das diretorias desses sindicatos integram o Conselho de Representantes da Fenaban que se apóiam em comissões de recursos humanos, assuntos jurídicos e trabalhistas. A entidade conta ainda com uma Comissão Consultiva de Relações Trabalhistas e Sindicais (CCRTS) e uma Comissão de Negociações (CN), que têm o papel de negociar com as representações sindicais de trabalhadores as convenções coletivas de trabalho bancário²⁰.

Em 1983, com o objetivo de uma maior articulação e centralização formal de representação dos interesses do empresariado financeiro brasileiro, acontece a fusão da FEBRABAN e da FEBRABAN. A partir desta data, a FEBRABAN, a FENABAN, a ASSOESP (Associação dos Bancos no Estado de São Paulo), o Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o IBCB (Instituto Brasileiro de Ciência Bancária)²¹ passam a ter dirigentes, estrutura operacional, administrativa e sede comuns na cidade de São Paulo²² (anexo 02). . Para efeitos de nosso estudo, sempre

¹⁹ Fonte: <http://www.febraban.com.br/febraban.asp>. Acessado em 08/11/2002.

²⁰ Fonte: <http://www.febraban.org.br/febraban.asp#fenaban> acessado em 27/02/03

²¹ O IBCB - Instituto Brasileiro de Ciência Bancária tem como objetivos a formação e o treinamento de pessoal especializado para a atividade financeira, pelo ensino em todos os níveis, com programas de treinamento, eventos, ou produção de material didático especializado. É uma entidade isenta de Imposto de Renda. O IBCB é administrado pela FEBRABAN, utilizando toda a sua estrutura nas áreas de contabilidade, tesouraria, central de processamento de dados, pessoal e outras. É constituído por uma diretoria (FEBRABAN) e um conselho técnico formado por 8 membros. O IBCB conta com 113 bancos filiados. Fonte: <http://www.febraban.org.br/ibcb.asp> acessado em 08/11/2002.

²²Fonte : <http://www.febraban.com.br/febraban.asp> acessado em 08/11/2002.

iremos nos referir ao conjunto FEBRABAN/FENABAN pela sigla FEBRABAN, pois em seus documentos e materiais de divulgação é assim que a mesma se refere.

Em junho de 2000, 128 bancos estavam associados à FEBRABAN e em fevereiro de 2002, o número de associados passou a ser de 117 bancos, representando um total de mais de 90 % das operações do setor financeiro no país.²³ Além das comissões já citadas, um fator interessante é o de que a FEBRABAN reserva uma diretoria somente para assuntos de bancos estrangeiros, reforçando a hipótese de que a internacionalização do capital, mais precisamente do sistema financeiro, exige uma atenção especial da entidade na busca de definições e de proteção de seus interesses.

FEBRABAN: Gestão 1998-2001

A análise desta gestão da FEBRABAN justifica-se pelo fato do período entre 1998-2001 ser de um cenário marcado por várias transformações, não só no âmbito do sistema financeiro, ocasionado pela ampliação no volume de capitais internacionais, como também nas empresas brasileiras produtora de bens de consumo duráveis e não-duráveis, que foram alvos de aquisições por multinacionais que operam nesses setores.

Com uma política monetária restritiva adotada frente aos impactos da crise asiática, bem como das exigências de capitalização por parte do BACEN, um novo contingente de instituições financeiras estava a ponto de venda. O episódio de internacionalização bancária que vinha ocorrendo, ressaltou as limitações do sistema financeiro doméstico para evitar a desnacionalização bancária tendo o setor público como avalista e financiador deste processo (Rocha, 2002).

A internacionalização do sistema financeiro é constante na pauta de discussões da entidade, pois no discurso de encerramento desta gestão, o então presidente da época, e diretor do Banco Itaú, Roberto Egydio Setúbal afirmou: “assim, hoje é expressiva a representação de bancos estrangeiros, além dos federais e privados nacionais na diretoria. Creio ser fundamental esse bom entendimento entre os principais participantes do mercado bancário no sentido de dar respostas uniformes às questões levantadas com relação ao papel dos bancos em nossa sociedade”.²⁴

²³ Fonte: <http://www.febraban.org.br/ibcb.asp> acessado em 08/11/2002.

²⁴ Discurso do Presidente Roberto Egydio Setúbal n solenidade de encerramento da gestão da Diretoria FEBRABAN/Fenaban 1998/2001, realizado em 12/03/2001 no Clube Monte Líbano em São Paulo.

No quadro 01, podemos observar os vínculos dos diretores da FEBRABAN, no período de 1998-2001, com os mais vários organismos, sejam privados nacionais, privados estrangeiros ou estatais. Podemos observar que os bancos estrangeiros ocupam 33% da diretoria, sendo um forte indicador da representação do capital internacional, principalmente europeu, na diretoria da entidade. O banco europeu HSBC tem uma forte representatividade, ocupando duas diretorias, uma diretamente e outra através do banco CCF Brasil, que é seu subsidiário. Outro fator a ser considerado, é que 58,33% da diretoria é formada pelos 10 maiores bancos do sistema financeiro no período²⁵. Temos ainda, três diretores da FEBRABAN que são ligados a Câmara Americana de Comércio (AMCHAM), uma atuante entidade empresarial no comércio entre o Brasil e os Estados Unidos.

Quadro 01 – Diretoria da FEBRABAN no período de 1998-2001#

Vínculos dos Diretores da FEBRABAN no período 1998-2001							
<u>Diretoria 1998-2001</u>	Bancos/Grupos Financeiros	Origem Capital	Estatais	Assoc. Setor Financeiro	Outras Assoc. Empresariais	Inst. Fund.	Outras Assoc.
Roberto Egydio Setúbal Presidente	Banco Itaú	Brasil	Petrobrás (1)	Fenaseg	Ceal Amcham	Fib CT	AS FL
Paulo Lobato Ribeiro Vice-Presidente	Banco Real	Holanda		FGC			Abccmm
Gabriel Jorge Ferreira Vice-Presidente	Unibanco	Brasil		CNF Abecip	ISE	AVC IMS	
Ageo Silva Diretor	Bradesco	Brasil		Cetip			IE
Antonio Beltran Matinez Diretor	BBA Creditanstalt	Brasil		Abbc			Apcd Abccmm
Antonio Carlos Castrucci Diretor	Banco Paulista	Brasil		Abbc	Sebrae FCE		ARC
Bernard Paul Mencier Diretor	Banco CCF Brasil*	Inglaterra			Amcham		
Carlos Alberto Vieira Diretor	Banco Safra	Brasil			Ccba		
Hélio Ribeiro Duarte Diretor	HSBC	Inglaterra		Abbi Abecip	Ibef	FGV	
Hugo Dantas Pereira	Banco do Brasil	Brasil	ICP				Abace

²⁵ Fonte: Revista EXAME: Melhores e Maiores: As 500 maiores empresas do Brasil. Anos 1998-2001.

Diretor			Antaq				
Murillo Carvalho Jr. Diretor	Fleming Graphus**	E.U.A.		Bvrtj	Amcham		FAF
Raul Pereira Barreto Diretor	Mercantil-Finasa	Brasil		FGC			

Fonte: FEBRABAN/Secretaria Geral da Presidência em 19/12/2002

Quadro elaborado pelo autor

(1) Participou do Conselho da Empresa

A composição da direção da entidade sofreu mudanças durante a sua gestão.

*O Banco CCF Brasil é subsidiária do Crédit Commercial de France , que pertence desde 2000 ao HSBC Investment.

** Banco Fleming Graphus S.A. adquirido em Julho de 2000, pelo Chase Manhattan Bank do Grupo J.P. Morgan.

Legenda:

ABACE-Associação Brasileira de Aposentados do Banco Central

ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos

ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais

ABCCMM – Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga

ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

AMCHAM – Câmara Americana de Comércio

ANTAQ-Agência Nacional de Transportes Aquaviários

APCD – Associação de Parceria Contra Drogas

ARC – Alfa Romeo Clube

AS – Américas Society Organization

AVC – Associação Viva o Centro

BVRJ – Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

CCBA – Câmara de Comércio Brasileira Americana

CEAL – Conselho de empresários da América Latina

CETIP – Central de Custódia e Liquidação

CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras

CT – Comissão Trilateral

FAF – Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer

FCE – Empresa de Consultoria Financeira

FENASEG – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização

FGC – Fundo Garantidor de Créditos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIB – Fundação Itaú Banco

FL – Fórum de Líderes

IBEF -Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo

ICP- Brasil – Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira

IE -Pastor de Igreja Evangélica

IMS – Instituto Moreira Salles

ISE – Instituto Superior da Empresa

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

FEBRABAN: Gestão 2001-2004

A diretoria da FEBRABAN neste período, ainda em curso, (o mandato dos diretores encerra em março de 2004) tem como principal acontecimento às eleições para Câmara Federal, Assembléias Legislativas, Governos Estaduais e Presidência da República.

O presidente da FEBRABAN, na época da pesquisa, era o advogado Gabriel Jorge Ferreira. Desde 1958, é funcionário de carreira e atualmente vice-presidente do Conselho de Administração do Unibanco, que tem presença constante no ranking das maiores instituições financeiras do país nos últimos anos. Além da diretoria da FEBRABAN, foi também vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), nas duas últimas gestões.

Em seu discurso de posse²⁶, Ferreira chamou a atenção por ser a primeira vez que a entidade seria presidida por um advogado, e não propriamente por um empresário do sistema financeiro. Manifestou ainda, seu profundo agradecimento ao governo FHC por ter dado apoio decisivo ao conjunto de reformas legislativas e constitucionais que favoreceram as instituições financeiras nos últimos anos, ressaltando dentre outras, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Salientou ainda a necessidade do governo e as instituições financeiras combinarem esforços e recursos, com o intuito de melhorar seu entrosamento. Entre outras medidas, a FEBRABAN destacou a concorrência livre e efetiva de instituições bancárias brasileiras e estrangeiras, públicas e privadas, grandes, médias ou pequenas, que segundo ele, impulsionariam a melhoria da qualidade e redução dos custos do sistema bancário no Brasil.

Em uma análise dos mercados financeiro nacional e internacional²⁷, Ferreira alertou que os três maiores bancos nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco) possuíam, em dezembro de 1995, o volume de 25% do total de depósitos à vista enquanto os bancos estrangeiros (HSBC, Boston, Citibank, BBV, ABN Amro e Santander) detinham 7,5%. Em dezembro de 2000, os três maiores bancos nacionais haviam expandido sua participação nos depósitos à vista para 29% e os estrangeiros para 16%. Com relação ao volume de crédito, a situação era semelhante. A participação dos três maiores bancos privados no total de operações de crédito saltou de 13% para 21% entre dezembro de 1995 e 2000, enquanto a dos bancos estrangeiros aumentou de 7,8% para 13,8%. Ou seja, tanto a participação dos maiores bancos privados brasileiros quanto dos bancos estrangeiros, aumentou neste período, o que para Ferreira, é um

²⁶ A posse da atual diretoria da FEBRABAN/Fenaban ocorreu no dia 12/03/2001 no Clube Monte Líbano, em São Paulo. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/item7.asp>. Acessado em 23/10/2002

²⁷ Depoimento de Gabriel Jorge Ferreira à revista Fortune, em 03/04/2001.

reflexo do processo de consolidação do sistema bancário e da redução da participação do sistema bancário estatal, como já vimos anteriormente. Sobre isto, Ferreira destaca que a eficiência do sistema bancário brasileiro provem da competição tanto entre bancos privados nacionais quanto entre nacionais e estrangeiros.

Sobre a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF)²⁸, o presidente da FEBRABAN, afirmou que uma alíquota de 0,38% é muito alta sobre as transações financeiras, mas, por outro lado, a arrecadação da CPMF em 2001 foi superior a R\$ 16 bilhões, o que foi fundamental no equilíbrio das contas públicas. Mesmo assim, o atual governo precisa atingir a meta de 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) para um superávit primário, ou seja, 0,37% a mais que no ano passado, que foi de 3,88% do PIB²⁹.

Ferreira manifestou ainda, elogios a política de desestatização implementada nos últimos anos pelo governo de FHC, cujo BACEN, segundo ele, “tem feito um importante trabalho de melhoria da regulamentação e supervisão do sistema bancário”. Ressaltou ainda que até 2005, “a concorrência se manterá elevada, com bancos privados de capital nacional e estrangeiro dividindo o mercado e certamente com uma menor presença do sistema bancário estatal”. Segundo Ferreira a eficiência da intermediação financeira torna “(...) os recursos mais baratos para o tomador e a remuneração do poupador será melhor³⁰”.

Em um dos posicionamentos da entidade, o presidente da FEBRABAN, reafirmou o apoio do sistema financeiro nacional à criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

O CDES tem a metade dos seus 82 integrantes composta por grandes empresários, dentre eles, Benjamin Steinbruch (Companhia Siderúrgica Nacional) e Jorge Gerdau (Grupo Gerdau e ex-diretor do Instituto Liberal). Do setor financeiro são originários sete conselheiros, representando grandes instituições como ABN Amro Bank, Citibank, Bradesco, Santander, Itaú e a própria FEBRABAN. Participam também do CDES, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e outras instituições grande porte³¹.

²⁸ O imposto sobre movimentação financeira foi implantado no Brasil como IPMF e, posteriormente, transformado em CPMF. É basicamente um tributo sobre transações financeiras, com uma alíquota incidente sobre o valor de cada movimentação de débito – não só de cheques – em conta corrente de clientes bancários. Portanto, é pago por quem tem conta em banco e movimenta recursos pelo banco.

²⁹ Folha de São Paulo, 11/02/2003.

³⁰ Discurso de Gabriel Jorge Ferreira, sobre a Posição da Entidade, no seminário “o aprimoramento e o fortalecimento do sistema financeiro nacional”, em 23/10/2002.

³¹ Folha de São Paulo, 06/02/2003.

Gabriel Jorge Ferreira lembrou que o setor está disposto a contribuir em várias frentes, principalmente em relação ao crédito, que será fundamental para promover o desenvolvimento almejado pelo novo governo. Segundo Ferreira, “(...) o crédito no Brasil sofre distorções, mas quando forem corrigidas, deve contribuir para diminuir rapidamente o custo do dinheiro³²”. Em atenção à solicitação contida no convite para participar da reunião sobre a definição de uma agenda para o CDES, a FEBRABAN sugere que ele seja constituído por entidades da sociedade civil organizada, ou seja, de instituições setoriais e de classe como ONG’s, representações sindicais, além de notáveis.

Sobre a campanha presidencial, em seus boletins e meios de divulgação, a entidade pouco se manifestou sobre o assunto, mas em reuniões com a equipe do então candidato a presidência, Lula da Silva (PT), a FEBRABAN mostrou-se disposta a colaborar com um novo governo. Em uma de suas entrevistas, Gabriel Jorge Ferreira, comentou que “(...) a apresentação feita pelo candidato nos surpreendeu (diretoria da FEBRABAN) de forma muito favorável. Foi um discurso franco, construtivo e com alto grau de desprendimento (...)”³³. Na mesma reunião, Lula destacou que a sua principal preocupação, no caso do sistema financeiro, era a de torná-lo de fato uma alavanca para o desenvolvimento do setor produtivo. Segundo Lula, sua intenção seria montar um grupo de trabalho conjunto entre sua equipe econômica e a da FEBRABAN. Seria o terceiro grupo de trabalho que Lula teria organizado. O primeiro foi com empresários da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABIB), e o outro com a Associação de Institutos Estaduais de Pesquisa Agropecuária.

O Quadro 02 mostra a relação da diretoria da FEBRABAN, com importantes segmentos da sociedade, como vimos no item anterior. Podemos observar que 41,66% de cargos da diretoria da entidade pertencem a bancos estrangeiros, sendo 3 europeus e 2 americanos. Os dois maiores bancos americanos operantes no mercado brasileiro fazem parte da diretoria da entidade. Outro fator interessante, é que 75% da diretoria é representada pelos maiores bancos do país nos últimos anos³⁴. Os maiores bancos estatais do país (Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil), também estão representados. Têm-se ainda 3 diretores da entidade ligados ao CDES.

³² Relatório da Superintendência de Comunicação Social da FEBRABAN.

³³ Entrevista realizada com o presidente da FEBRABAN, após uma reunião com o então candidato a Presidência da República, Lula da Silva, e sua equipe econômica em 20/08/2002, na sede da entidade.

Fonte: www.programalula.com.br/noticias/noticias_int.asp?cod=168.

³⁴ Fonte: Revista EXAME: Melhores e Maiores: As 500 maiores empresas do Brasil. Anos 1998-2001.

Quadro 02 – Diretoria da FEBRABAN no período de 2001-2003#

Vínculos dos Diretores da FEBRABAN no período 2001-2003							
Diretoria 2001-2003	Bancos/Grupos Financeiros	Origem Capital	Estatais	Assoc. Setor Financeiro	Outras Assoc. Empresariais	Inst. Fund.	Outras Assoc.
Gabriel Jorge Ferreira Presidente	Unibanco	Brasil		CNF Abecip	ISE	AVC IMS	Cdes*
Fábio Colletti Barbosa Vice-presidente	ABN Amro Real	Holanda		Abbi FGC			Cdes
Antonio Carlos Castrucci Diretor	Banco Paulista	Brasil		Abbc	Sebrae FCE		ARC
Antonio Jacinto Matias Diretor	Banco Itaú	Brasil					
Carlos Alberto Vieira Diretor	Safra	Brasil		Ccba			
Décio Tenerello Diretor	Bradesco	Brasil		Abecip	Cibrasec		Fiabci
Geraldo José Carbone Diretor	Bank Boston	E.U.A.					
Gustavo Marin Garat Diretor	Citibank	E.U.A		Amcham			Cdes
Hélio Ribeiro Duarte Diretor	HSBC	Inglaterra		Abbi Abecip	Ibef	FGV	
Jorge Luiz Ávila da Silva Diretor	Caixa Econômica Federal	Brasil	Eletróbrás	Andima Asbace	Ibef	FGV Ibmec	Fenae
Miguel Jorge Filho Diretor	Santander Banespa	Espanha					Cdes
Hugo Dantas Pereira Diretor	Banco do Brasil	Brasil	ICP Antaq				Abace

Fonte: FEBRABAN em 10/02/2003

Quadro elaborado pelo autor

*Participa representando a FEBRABAN, e não o Unibanco.

A composição da diretoria sofreu mudanças durante a gestão.

Legenda:

ABACE - Associação Brasileira de Aposentados do Banco Central

ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos

ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais

ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

AMCHAM – Câmara Americana de Comércio

ANDIMA – Associação Nacional das distribuidoras de Mercado Aberto

ANTAQ-Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ARC – Alfa Romeu Clube

ASBACE – Associação Brasileira de Bancos Estaduais

AVC – Associação Viva o Centro

CCBA – Câmara Brasileira de Comércio Americana

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização

CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras

FENAE – Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa

FCE – Consultoria Financeira

FGC – Fundo Garantidor de Créditos

FGV-Fundação Getúlio Vargas

FIABCI – Federação Internacional das Profissões Imobiliárias

IBEF-Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo
ICP – Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
IMS – Instituto Moreira Salles
ISE – Instituto Superior da Empresa

Análise comparativa entre as gestões: 1998-2001 e 2001-2003

Apesar da última gestão da diretoria da FEBRABAN ainda não ter sido concluída, temos indicadores que nos remetem a algumas conclusões. Ao observarmos os quadros 01 e 02, podemos observar que 50% da diretoria nas duas gestões foi ocupada pelos mesmos bancos. Deste total, 66% da diretoria é representada pelas maiores instituições bancárias do país.

O capital estrangeiro tem uma crescente representação na entidade. De 4 bancos em 2001 a entidade passou a ter 5 bancos de capital estrangeiro em sua diretoria, sendo que o capital europeu é maior em relação ao Norte-americano.

O capital estatal também se faz presente e com uma representatividade maior em 2001. Além do Banco do Brasil, a Caixa Econômica também passou a fazer parte da diretoria da FEBRABAN.

A baixa rotatividade na diretoria, e a forte presença do capital estrangeiro nos dão margens a concluir que a diretoria da FEBRABAN, nestas duas ultima gestões, acompanha a tendência do Sistema Financeiro Latino-americano, onde poucas e fortes instituições financeiras controlam ou hegemonomizam as diretorias de suas representações de classe, tendo assim mais força na defesa de seus interesses e maior poder de pressão sobre decisões do aparato estatal.

A FEBRABAN e o Artigo 192 da Constituição

O Artigo 192 da Constituição dispõe sobre o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, mas ainda não foi regulamentado³⁵. Pelo texto, todos os aspectos do sistema financeiro terão que ser regulamentados por uma única lei complementar. Desde 1988, os parlamentares tentam produzir um projeto que contemple todos os aspectos e que conte com o apoio da maioria absoluta no Congresso.

O Artigo determina que o Sistema Financeiro seja regulado por lei complementar que disporá, basicamente, entre outras coisas sobre:

- a) A Autorização de Funcionamento de Instituições Financeiras, estabelecimentos de Seguro, Previdência e Capitalização e respectivos órgãos da fiscalização;
- b) Participação de Capital Estrangeiro nas Instituições;
- c) Organização, funcionamento e atribuições do Banco Central;
- d) Fundo de Seguro para a economia popular;
- e) Funcionamento das Cooperativas de crédito;
- f) Limitação das taxas de juros reais a 12%.

A FEBRABAN, com seu poder de pressão frente ao Congresso, sempre manteve influência nas decisões que regem a legislação que rege Sistema Financeiro Brasileiro. Como já citado anteriormente, uma comissão importante que ocupa a diretoria da FEBRABAN reserva-se às discussões sobre a legislação que disciplina as atividades do sistema financeiro no país, ou seja, o Artigo 192.

Em função de sua grande relevância para a economia nacional, Artigo 192 sempre foi alvo de freqüentes e intensos debates no Congresso Nacional, onde sempre tivemos projetos de revisão do próprio Artigo e de sua disciplina através de lei complementar, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº. 053 de 1999, que foi apresentada ao Congresso Nacional pelo Senador José Serra (PSDB-SP), que desregulamenta o artigo, “ao eliminar todos os incisos referentes às matérias que deveriam ser regulamentadas por lei única – do limite máximo de 12% de juros ao ano, que nunca passou de letra morta, ao funcionamento do Banco Central³⁶”.

A PEC de Serra foi relatada pelo Senador Jefferson Peres (PDT-AM), que apresentou um substitutivo. Nele, Peres determinou que a regulamentação fosse feita por leis complementares e retirou o dispositivo da Constituição que limita a taxa de juros reais em 12%. Uma parte significativa do PT (Partido dos Trabalhadores) nunca aceitou essa supressão e por causa disso, principalmente, a PEC não chegou a ser votada pelo plenário da Câmara³⁷. O texto da PEC para o Artigo 192 já aprovado no Senado é o seguinte:

“O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõe, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

³⁵ A análise da relação entre a FEBRABAN e o Artigo 192 corresponde até o final da pesquisa, ou seja, dez. de 2002. Desde então, eventuais mudanças não foram analisadas pelo autor.

³⁶ Revista Por Sinal, 08/2001.

³⁷ Valor Econômico, 19/02/03.

No âmbito do Congresso Nacional, funciona desde 1991, na Câmara dos Deputados, uma Comissão Especial do Sistema Financeiro, com a finalidade de discutir projetos destinados à disciplina do Artigo 192, cujos importantes depoimentos foram colhidos sobre o tema com os mais representativos segmentos do empresariado financeiro no país, entre eles o de Antônio Bornia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras³⁸ (CNF), João Elísio Ferraz Campos, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização (FENASEG) e de Gabriel Jorge Ferreira, Presidente da FEBRABAN.

A FEBRABAN tem participado das discussões relativas ao Artigo 192 e seus presidentes sempre se fizeram presentes nas discussões sobre o tema. No depoimento de Ferreira à Comissão Especial que trata do assunto, entre outros temas, o que mais chamou a atenção foi o relativo a prática da taxa de juros. Segundo a FEBRABAN “hoje há quase um consenso em que limitar os juros em 12% é *absolutamente inviável*. O dinheiro, como qualquer mercadoria, é regido por leis de mercado. Portanto, não há como se falar em tabelamento de juros, muito menos na Constituição Federal³⁹”.

Para a FEBRABAN, o sistema financeiro é apenas um intermediário que está situado entre duas pontas: o titular dos recursos, o poupador; e aquele que toma emprestado, o tomador. Portanto, a regulamentação da intermediação financeira é fundamental para que ela seja eficiente e não onerosa. Para entidade, ainda, a regulamentação do sistema financeiro deveria ter como objetivo um custo de capital final o mais baixo possível. A preocupação do legislador deveria ser o de criar condições para um juro básico baixo e intermediação financeira eficiente.

Em outro posicionamento da FEBRABAN quanto a uma possível lei que vier regulamentar o Sistema Financeiro, como de resto também outros mercados, esta teria que prever a existência de Comissões temáticas, consultivas, onde segmentos da sociedade estivessem representados; ou seja, o processo normativo do Sistema Financeiro deveria de certa forma, guardar certa equivalência com o que acontece no Congresso nacional, onde existem as Comissões, as relatorias, os depoimentos, e efetiva publicidade das discussões e das emendas.

³⁸ É um órgão de grau superior do empresariado, que congrega entidades de classe de âmbito nacional, as quais representam os diversos segmentos do empresariado financeiro no Brasil.

³⁹ Posicionamento da CNF, da FEBRABAN e da FENASEG acerca da PEC nº 053, de 1999, relativa ao SFN. Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, doc. nº 000606/01 de 21/06/2001, 53 pg.

Quanto à entrada de capital estrangeiro no país, a FEBRABAN, através de seu presidente, ressalta que “os exemplos recentes dos bancos privatizados e o interesse pelo Brasil como local ideal para se investir mostra claramente que a visão estratégica desses grandes bancos é de que o país é, sem dúvida, o grande alvo da América Latina”.

Em seu discurso de posse⁴⁰, o presidente da FEBRABAN relatou que uma meta importante em seu trabalho frente à disposição do Artigo 192 seria o de apoiar a PEC, mediante algumas modificações, dentre elas: instalar o funcionamento das comissões consultivas, que instituí o Plano Real, tornando a estrutura normativa do Sistema Financeira Nacional mais participativa, ou seja, a entidade com mais poder de participação nas decisões do sistema financeiro nacional; criação de mecanismos de defesa da poupança pública, em parceria com o Governo Federal, para absorver as funções do Fundo Garantidor de Créditos.

Para a FEBRABAN, é de grande interesse a aprovação da PEC, pois cada segmento do mercado financeiro seria regulamentado por lei própria, assim, entidades representativas de classe, como a FEBRABAN, poderiam facilmente utilizar-se de *lobbies* no Congresso, para resguardar seus interesses.

Outra grande preocupação da FEBRABAN é com a recuperação de créditos. Para a entidade, quanto maior o direito dos bancos em executar e recuperar uma dívida, menor será seu prejuízo. A entidade baseia-se no exemplo dos Estados Unidos, onde a facilidade de um credor de financiamento hipotecário em recuperar o imóvel em garantia é tão grande, que o mercado opera com margens inferiores a 2% ao ano. Isso atinge diretamente a população, que com dívidas contraídas por altas taxas de juros, financiamentos e cheques especiais não pode quitar seus empréstimos, tendo que assim executar seus bens em para quitar as dívidas.

Na América Latina, não só o Brasil sofre os problemas com a desregulamentação do Sistema Financeira Nacional. Países como a Argentina, Chile e México também estão modificando suas legislações a fim de tornar mais fácil a entrada de capital estrangeiro em seus países. Isto parece mostrar a perversa tendência seguida pelos países Latino-americanos pressionados por entidades de classe com poder baseados no dinheiro, ou seja, o empresariado financeiro seguindo assim os padrões e normas estabelecidas, pelo novo modo de acumulação capitalista.

⁴⁰ Disponível em <http://www.febraban.org.br/item7.asp>. Acessado em 23/10/2002.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ângela C; TAPIA, Jorge B. *Corporativismo e Neocorporativismo: regime de duas trajetórias*. BIB, Rio de Janeiro, n°. 32, p. 3-30, 2º semestre de 1992.
- BOSCHI, Renato R. **Elites Industriais e Democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSCHI, Renato R; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo: A desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.117 p. (Série Pesquisas n°. 18).
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. (Orgs.). **Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização**. 2º ed., p. 195-242, Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. Constituição do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CHESNAIS, François. *A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*. **Praga – Revista de Estudos Marxistas**, n°. 3, São Paulo: HUCITEC, 1997, p.19-46.
- COLEMAN, William D. *Policy convergence in banking: a comparative study*. *Political Studies*, v. XLII, p. 274-292, 1994.
- COSTA, Paulo R. Neves da. *De volta à questão da burguesia brasileira*. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.14, p 201-204, junho. 2000.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 311 p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 27).
- DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais – Brasil anos 90**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- DREIFUSS, Renné. **A Internacional Capitalista: Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986. 299p.
- FITOUSSI, Jean-Paul. **O debate-tabu. Moeda, Europa, pobreza**. Lisboa: Terramar,1997.
- FREITAS, Maria C. PRATES, Daniela M. *Abertura Financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México*. **Economia e Sociedade**, n. 11, p 173-198. Campinas, dez. 1988.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MICK, Jacques. *A globalização financeira e as mudanças na regulação do sistema financeiro nacional (1194-1196): Um estudo sobre a hegemonia financeira*. Florianópolis, PPGSP: UFSC, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- MINELLA, Ary C. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, ANPOCS, 1988. 530 p.
- MINELLA, Ary C. Globalização Financeira e as associações de bancos na América Latina. In: *Seminário Temático: Para onde vai o capitalismo no Brasil? Dilemas e Perspectivas das empresas e dos empresários*. Caxambu: Mimeo, 2001, 22 p.
- MIRANDA. José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, José Luís (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. 3ª edição, p.327-350.
- ROCHA, Fernando Alberto S. *Desnacionalização bancária no Brasil (1997-2000)*. Campinas, I.E: UNICAMP, 2002. (dissertação de mestrado)
- WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILLI, Pablo (org.). **Globalização excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 223-251 (Coleção A Outra Margem).

Sites visitados:

Associação Brasileira de Bancos Internacionais. - www.abbi.com.br. Último acesso 06/11/2002.

Banco Central do Brasil - www.bc.gov.br. Último acesso em 07/11/2002.

Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br . Último acesso em 06/11/2002.

Comissão de Valores Mobiliários - www.cvm.gov.br. Último acesso em 25/10/2002.

Confederação Nacional das Instituições Financeiras – www.cnf.com.br. Último acesso em 09/11/2002.

Federação Brasileira das Associações de Bancos – www.FEBRABAN.org.br. Último acesso em 08/11/2002.

Revista dos Funcionários Banco Central – www.porsinal.org.br. Último acesso em 08/11/2002.

Senado Federal – www.senado.gov.br. Último acesso em 06/11/2002.

Sites de Jornais:

Diário Catarinense - www.clicrbs.com.br. Último acesso em 08/11/2002.

Estado de São Paulo - www.estadao.com.br. Último acesso em 08/11/2002.

Folha de São Paulo - www.folha.com.br. Último acesso em 08/11/2002.

Gazeta Mercantil - www.gazeta.com.br. Último acesso em 08/11/2002.

Valor econômico - www.valor.com.br. Último acesso em 08/11/2002.